

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DA ORALIDADE: BREVES REFLEXÕES

Bianca Farias da Silveira¹ (UFPB)
Danielle Gomes do Nascimento² (UFPB)

RESUMO

Partindo do princípio que o ensino da Língua Portuguesa está presente em duas áreas de conflito: de um lado, a língua oficial, normatizada, planejada, descrita e analisada em padrões pré-estabelecidos pelos documentos oficiais; e do outro, a língua percebida nas práticas sociais, usadas pelos falantes na comunicação do dia-a-dia em diferentes espaços sociais, surge a necessidade de instigar reflexões sobre essa problemática. Nessa perspectiva, esse artigo visa analisar algumas propostas apresentadas e defendidas pelos documentos oficiais vigentes na Paraíba, no que se refere aos Referenciais de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs,1998) de Língua Portuguesa, que, por sua vez, são norteados pela Lei maior da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, doravante LDB (9394/96), no que tange ao espaço da oralidade no ensino da língua materna na educação básica. A partir das concepções teóricas defendidas pelos documentos, serão apresentados equívocos, incoerências, contradições e as possíveis consequências que trazem os documentos oficiais de Língua Portuguesa para a formação linguística do aluno de língua materna. Em relação aos aportes teóricos, o artigo estará baseado em autores que definem e reconhecem a língua enquanto política linguística como Calvet (2007), Spolsky (2004) e autores que defendem o ensino da oralidade enquanto prática social como Bagno (2002), Bortoni-Ricardo (2004), Marcuschi (1997), dentre outros estudiosos da área. Esses autores servirão de base para estabelecermos o diálogo com os referenciais de Língua Portuguesa. Como resultado, esperamos suscitar reflexões a cerca do ensino da oralidade, de maneira que este ensino não seja desenvolvido apenas como pretexto para o ensino da escrita, mas como base para a efetivação e domínio da oralidade nas diferentes esferas sociais e culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Documentos. Ensino. Língua. Oralidade.

¹ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística/PROLING da Universidade Federal da Paraíba.

² Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística/PROLING da Universidade Federal da Paraíba.

INTRODUÇÃO

Os estudos e pesquisas linguísticas têm permitido, nas últimas décadas, reflexões contundentes sobre o caráter social da língua, haja vista que a função social passa ser revestida de outros elementos que integram a linguagem, quer sejam: o contexto situacional, a relação falante/ouvinte/meio, a interação na comunicação, enfim, a língua passa a ser reconhecida no uso, através de elementos que até então eram debatidos apenas no plano teórico da área. Nesse contexto inovador, insere-se a linha de pesquisa “Políticas Linguísticas”, cuja proposta busca levantar discussões acerca das determinações e implementações das práticas linguísticas. Para Calvet (2007, p. 11), o termo “política linguística” refere-se à determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade.

Essa área do conhecimento reconhece a existência de dois eixos preponderantes na sociedade: de um lado encontra-se o Estado que descreve e organiza uma língua através das Leis, regulamentos e regras, prezando pela norma culta – a língua padrão – imposta pela escola; e do outro, os falantes que utilizam a língua para a comunicação, cujas regras são convenientes a um determinado grupo, atendendo às reais necessidades dos falantes. Nesse sentido, percebem-se dois grandes eixos, onde de um lado a língua está para ser descrita, planejada e analisada em padrões pré-estabelecidos; e do outro, a língua é percebida nas práticas sociais usadas pelos falantes na comunicação do dia-a-dia.

Esses dois eixos são bastante visíveis no contexto escolar, ambiente em que o aluno de língua materna, ao chegar à escola, se depara com uma prática de ensino voltada para a normatização, ou seja, a imposição de regras, modelos, conceitos, enfim, prescrições que envolvem a língua, considerado-a como norma ideal, totalmente adversa daquela que usa no cotidiano, no dia-a-dia, no seu habitat de uso. O aluno por sua vez, no decorrer de sua vida escolar, precisa lidar com esses dois polos: de um lado a imposição da norma culta presa aos ditames da escrita, do texto,

da gramática; e do outro, a língua que faz uso no dia-a-dia, a língua coloquial. Para Lucchesi (2004, p. 64), “a realidade linguística brasileira não é apenas heterogênea, mas também polarizada definindo-se em dois sistemas variáveis: a norma culta e a norma popular”.

O mais intrigante é que esses dois polos parecem ser tão distantes, pelo menos da forma como estão sendo tratados no processo de ensino-aprendizagem, que a própria escola não sabe como integrar a língua de uso aos preceitos determinados pela norma padrão, gerando assim conflitos no aluno sobre a língua comum, já familiarizada, e a língua imposta pela escola.

Nesse contexto, objetivamos instigar uma discussão a cerca do espaço da oralidade no ensino da língua materna, tendo em vista que o ensino está pautado na didatização dos gêneros e conseqüentemente na sobreposição da escrita em relação à oralidade. Para guiar as nossas reflexões ressaltamos algumas concepções teóricas relevantes a cerca do ensino da oralidade, defendidos pelos Referenciais de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental e Médio, bem como o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de Língua Portuguesa, que, por sua vez, é norteada pela Lei maior da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, doravante LDB. A partir das concepções teóricas defendidas pelos regulamentos apresentamos equívocos, incoerências, contradições e as possíveis conseqüências que trazem para a formação linguística do aluno de língua materna.

Como aporte teórico, recorreremos a estudiosos que defendem a valorização e integração da norma coloquial, do uso, no espaço escolar, como Antunes, Bagno, Fávero, entre outros. Por fim, procuramos suscitar novos olhares para o ensino da oralidade, de maneira que ela não seja abordada apenas como pretexto para o ensino da escrita, mas que sejam reconhecidas e valorizadas as particularidades da língua na modalidade oral, respeitando à variação linguística dos falantes e a pluralidade cultural.

1. POLITICAS LINGUÍSTICAS NO CAMPO DA ORALIDADE

Historicamente, as políticas educacionais e linguísticas que regem o ensino têm apresentado mudanças consideráveis quanto aos pressupostos teórico-metodológicos do processo ensino-aprendizagem.

Na Educação, há importantes políticas norteadoras do ensino: A LDB, PCNs, e os Referenciais da Educação. A primeira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-9394/96) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. O segundo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs,1998) elaborados por equipes de especialistas ligadas ao Ministério da Educação (MEC), têm por objetivo estabelecer uma referência curricular dos Estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino através de orientações aos professores, divididos em áreas do conhecimento³. E o terceiro, desenvolvidos pela Secretaria de Educação de cada Estado, cujo objetivo seria adequar à proposta curricular o contexto sócio-cultural local. Enfim, todos esses pressupostos foram desenvolvidos, dentro de suas perspectivas, para favorecer o desenvolvimento cognitivo e intelectual do discente nas mais diversas áreas. A fim de torná-los indivíduos críticos e conscientes na sociedade.

No que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, as diretrizes que norteiam os profissionais da área buscam desenvolver capacidades relacionadas à leitura e a escrita, como meios para desenvolver capacidades de domínio das práticas de linguagem, priorizando a modalidade escrita. De acordo com a LDB, artigo 32, inciso I, é responsabilidade da escola desenvolver habilidades de leitura, escrita e do cálculo. A propósito, com base no documento enfatiza-se: “I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”.

³Cf. portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf

O documento ressalta uma visão de língua ancorada na norma padrão de ensino, dando ênfase, apenas, ao emprego do nível formal cuja prática está voltada para a racionalização e prescrição.

Nessa perspectiva, a modalidade oral da língua tem ocupado um lugar de pouco destaque na escola, seja na prática docente, ou até mesmo nos manuais que muitas vezes direcionam tais práticas. Segundo Forte-Ferreira⁴ (2012, pg.1):

A modalidade oral da língua não tem ocupado um lugar considerável na escola, infelizmente, é fato. Isso pode ser observado na prática de alguns docentes ou até mesmo nos manuais que, muitas vezes, direcionam a prática dos professores. Além disso, estudos apontam que as instituições escolares, ainda hoje, privilegiam a escrita como um dos principais instrumentos asseguradores de inserção do sujeito na sociedade letrada.

Assim, tanto a escola como os norteadores teóricos educacionais tem dado mais atenção à modalidade escrita, utilizando-se de metodologias voltadas para a produção e reprodução dos gêneros escritos. Como as capacidades desenvolvidas na escola estão pautadas no ensino da escrita, a oralidade fica em um plano secundário. Na verdade, a modalidade oral tem sido utilizada, na maioria dos casos, como um pretexto para o ensino da escrita.

Os PCNs de Língua Portuguesa do ensino fundamental (3º e 4º ciclos), apresentam objetivos direcionados para a prática da oralidade e da escrita. Sobre o ensino da oralidade eles enfatizam:

Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da linguagem **mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação**, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania. Ensinar **língua oral não significa trabalhar a capacidade de falar em geral**. Significa desenvolver o domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar de Língua Portuguesa e de outras áreas e, também, os gêneros da vida pública no sentido mais amplo do termo (grifos nossos) (BRASIL, 1998, p. 67).

⁴ Cf. Forte-Ferreira, Elaine Cristina (2012, p. 4).

Conforme a citação acima, observamos que deve haver inicialmente, a necessidade de trabalhar a modalidade oral priorizando a linguagem formal e convencional, através de uma enunciação controlada por parte do falante, para fins de domínios públicos, ou seja, o ensino da linguagem oral terá que atender as diversas exigências de fala e de adequação aos diferentes gêneros do oral no exercício de sua cidadania. Assim, é função da escola contribuir para que o discente utilize a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas, como debates, entrevistas, apresentações teatrais, seminários, entre outros, possibilitando com que tais atividades possibilitem a sua inclusão em um convívio social específico.

Quanto aos eixos organizadores das atividades de Língua Portuguesa direcionadas ao ensino médio, os PCNs (2002, p.37) enfatizam:

- ✓ Atividades de produção de textos (palestras, debates, seminários, teatro, etc.) em eventos da oralidade;
- ✓ Atividade de escuta de textos (palestras, debates, seminários etc.) em situação de leitura em voz alta;
- ✓ Atividades de retextualização: produção escrita de textos a partir de outros textos, orais ou escritos, tomados como base ou fonte;
- ✓ Atividades de reflexão sobre textos orais e escritos, produzidos pelo próprio aluno ou não.

Essas orientações propostas pelos PCNs são bastante relevantes na preparação do aluno para falar em público e no domínio dos gêneros que apoiam a aprendizagem escolar, porém, da forma como são evidenciadas, segundo Marcuschi (1997), acabam se transformando em “oralização da escrita” ou em “simulação da fala”. Os documentos não consideram a análise da conversação espontânea, seus aspectos discursivos e linguísticos, fundamentais para entender como se estruturam os textos orais.

Essa perspectiva também é reforçada nos Referenciais Curriculares de Língua Portuguesa para o ensino médio. De acordo com o documento destaca-se:

O trabalho com a fala deve permitir a compreensão da oralidade em si mesma e na sua relação com a escrita. No que diz respeito à oralidade em si mesma, ressalta-se o trabalho com a caracterização dos gêneros orais nos seguintes níveis: as condições de produção, o propósito comunicativo, a organização textual (co-gestionada envolvendo a participação de mais de um falante, ou monogerada, envolvendo a gestão de um falante), a escolha das unidades linguísticas (aspectos lexicais, morfossintáticos). (PARAÍBA, 2006, p. 34).

Conforme os Referenciais, o trabalho com a fala deve estar relacionado à oralidade e a escrita. Quanto à oralidade, parte da caracterização dos gêneros orais, a partir da identificação de elementos que compõem e organizam o texto. Embora os Referenciais desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Estado sejam mais sensíveis no trato com a língua na modalidade oral e tenham o objetivo de adequar a proposta curricular ao contexto sócio-cultural local, no caso da Paraíba, ainda percebemos uma proposta reducionista e superficial, pois o documento não menciona nenhum tipo de proposta relacionada aos textos da literatura popular, assim como das pessoas que dela participam, ainda que eles estejam presentes no contexto sócio-cultural local, de maneira que não é permitido ao aluno “ser dono de sua própria voz”. Para Ayala (2011, p. 103) “a cultura popular é feita e desenvolvida por gente e deve-se manifestar interesse por essa gente, ouvindo o que tem a dizer, prestando atenção em suas explicações, naquilo que acreditam essas pessoas, na sua maneira de ver o mundo”.

Entre os procedimentos didáticos que ancoram a fala do aluno descritos nos Referenciais (2006, p. 34) estão:

- ✓ Elaboração de esquemas para planejamento da produção oral, envolvendo a mobilização dos conhecimentos necessários tanto para o desenvolvimento do tema quanto para a organização do texto;

- ✓ Utilização de recursos (esquema, roteiro, cartazes, transparência) para otimizar a produção oral;
- ✓ Ensino de planejamento simultâneo da produção do texto oral, levando-se em conta:
 - as reações do interlocutor, ajustando a fala no próprio momento da produção;
 - a participação regular do educando em situações de interlocução que contemplem as especificidades dos diferentes gêneros previstos [...]
- ✓ Análise da produção oral realizada pelos educandos, partindo de gravações e observação dos demais educandos.

É negada ao aluno a reflexão de sua prática oral, não partindo da exposição de suas memórias, de suas vivências, da cultura na qual estão imersos, limitando-se apenas, a textos que permitem ser moldados pelo viés escrito e que “pode” inseri-lo, de certa forma, como preconiza os documentos, na vida pública, como é o caso das entrevistas, debates e seminários por exemplo.

Antes que nos questione, respondemos: Sim! Os alunos precisam aprender a utilizar a linguagem normativa e os gêneros formais da vida pública nos mais variados espaços sociais, viabilizando a comunicação em diferentes esferas e no exercício da sua cidadania. Esse domínio abre um leque de oportunidades que até então eram desconhecidos ou até mesmo distantes em sua realidade, possibilitando uma vida mais igualitária em relação às outras pessoas que já nasceram e conviveram nesse meio. Entretanto, o que pontuamos é a superficialidade no tratamento com a língua na modalidade oral e o fato dos documentos citados não levarem em consideração as particularidades que envolvem o uso da língua oral, assim como as pessoas que as utilizam nos mais variados contextos. Diante desse contexto, questionamos: Por que os documentos não integram ao seu escopo de prescrições reflexões sobre as línguas/linguagens utilizadas na literatura popular tão presentes nas manifestações culturais? Será que a linguagem utilizada nesse tipo de literatura não exige controle consciente da enunciação e o domínio da palavra pública? Os falantes dessa modalidade não são capazes de exercer a sua cidadania? Essa superficialidade

no trato com a oralidade não nega a identidade e o direito a cidadania do aluno no que tange as formas e usos da língua em seu meio?

O processo de construção dos textos da tradição oral que vem se modificando conforme o contexto econômico, histórico e social não é relevante para entender o uso da língua/linguagem?

Em todas as instâncias, a aprendizagem de uma língua exige reflexão sobre suas formas e usos. Geraldi esclarece sobre o que é necessário para dominar uma língua:

É preciso entender que dominar uma língua não significa apenas incorporar um conjunto de itens lexicais (o vocabulário); aprender “um conjunto de regras de estruturação de enunciados” e aprender “um conjunto de máximas ou princípios” de como construir um texto oral (participando de uma conversação ou não) ou escrito levando em conta ou interlocutores possíveis e os objetivos que se tem ao dizer, bem como a própria situação de interação como elementos pertinentes nessa construção [...]. Aprender a língua, seja de forma natural no convívio social, seja de forma sistemática em uma sala de aula, implica sempre reflexão sobre a linguagem, formulação de hipóteses e verificação do acerto ou não dessas hipóteses sobre a constituição do funcionamento da língua (GERALDI, 1993, p.17).

Diante desses entraves detectados nos documentos que orientam o ensino da língua na modalidade oral, que em alguns momentos são aparentes e em outros estão mascarados em meio a discursos bem construídos, torna-se emergente a necessidade de novos olhares para o ensino da oralidade.

2. NOVOS OLHARES PARA O ENSINO DA ORALIDADE

A linguagem é desenvolvida por meio do convívio social, que acontece nas diversas esferas da comunicação, desde as situações rotineiras do uso da língua até as mais formais. Esses, por sua vez, promovem e produzem diferentes tipos de textos, seja no lar, na escola, na igreja, na rua, dependendo do propósito comunicativo.

A modalidade oral é uma prática social que promove a comunicação, a interação face a face, a troca de experiências. O ensino da oralidade é de fundamental

importância para o desenvolvimento do indivíduo como um todo, na medida em que todo falante de língua materna domina um vocabulário amplo, sendo capaz de se adequar as mais variadas situações linguísticas.

No entanto, observamos nos documentos declarados e nas práticas vivenciadas na escola uma concepção reducionista de linguagem em que se supervaloriza apenas a modalidade escrita da língua e que muitas vezes, faz uso de situações descontextualizadas, não levando em conta o uso efetivo da língua. Marcuschi destaca uma das razões centrais que levam a compor esse cenário:

Uma das razões centrais do descaso pela língua falada continua sendo a crença generalizada de que a escola é o lugar do aprendizado da escrita. Uma crença tão fortemente arraigada que já se transformou numa espécie de consenso: *a escola está aí para ensinar a escrita e não a fala*. É possível concordar com isto, mas é também possível acrescentar que nem por isso a escola está autorizada a ignorar a fala. O homem é tipicamente um ser que fala e não um ser que escreve (MARCUSCHI, 1997, p. 39).

Não estamos querendo dizer que a escola não deva ensinar a linguagem normativa, mas que esse processo deve acontecer de forma humanizada, respeitando as vozes que ecoam no seio familiar dos alunos e da comunidade onde vivem. Para isso, a escola precisa ser um ambiente democrático, aberto para o universo cultural da oralidade.

É oportuno ressaltar que, se é por meio do contato com a língua que se aprende a falar, é também através deste contato, na escola, com a língua na modalidade oral, que se pode proporcionar as crianças e adolescentes a oportunidade de adquirir conhecimentos e habilidades no uso e compreensão da língua em diversos contextos. A oralidade precisa ser considerada pelos professores como requisito indispensável no processo de ensino e aprendizagem da língua e condição para a aquisição do conhecimento. Tais considerações também são essenciais para o processo de letramento, conforme esclarece Soares (1998, p. 39): “Letramento é estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais

de leitura e de escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral”.

A valorização da oralidade no ambiente escolar permite que os alunos percebam a importância da linguagem oral na construção das diversas manifestações culturais populares, especialmente da literatura popular e o reconhecimento de que existe na comunidade em que estão inseridos, pessoas que são produtoras de conhecimento e de cultura que vão além dos livros didáticos adotados pelas escolas. Tais conhecimentos estão registrados na memória coletiva e são propagados pelas vozes que circulam no ambiente, difundindo-se por meio da transmissão oral. De acordo com Leal e Gois (2012, p. 17), “todos esses conhecimentos permanecem através do tempo por meio de diferentes gêneros orais adotados pelas pessoas para interagirem com as novas gerações e com os que fazem parte do seu convívio [...]”.

Propomos que a escola assegure, também, um lugar para o trabalho sistemático com a modalidade falada, de forma que ela não seja apenas um pretexto para ensinar a escrita. Fala e escrita não devem ser vistas como dois polos distantes, eles devem integra-se, complementar-se no processo de ensino-aprendizagem. Elas são atividades complementares no âmbito das práticas sociais e culturais, e que por isso, não podem ser tratadas como polos opostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a escola cumpre um importante papel na sociedade, seja na construção do conhecimento, seja na formação intelectual e científica dos indivíduos. Para cumprir esse papel, a escola obedece a determinadas normas, sendo regidas por Leis, parâmetros, referenciais, enfim, normatizações que direcionam os profissionais da educação para a execução das atividades, a fim de por em prática essas determinações.

Entretanto, as abordagens dadas ao ensino da Língua Portuguesa apresentam, apenas, um direcionamento normativo, voltados para institucionalização

dos padrões da língua, que, em muitos casos, contribuem para a exclusão de pessoas pertencentes à classe social menos favorecida economicamente, cuja língua/linguagem é vista como errada e simplória, às vezes, chega a ser ridicularizada por não se adequar aos padrões estabelecidos pelos documentos oficiais.

A relação entre oralidade e escola tem sido problemática, tendo em vista que ela sempre priorizou a escrita, o saber letrado das camadas sociais hegemônicas, originadas da tradição culta europeia-ocidental e expurgou do seu currículo as particularidades da língua na modalidade oral, rejeitando a cultura oral dos povos que não tiveram necessidade de registrar por escrito ou oportunidade de utilizar a escrita para contar a sua própria história, segundo a sua própria versão, que em grande parte não foi considerada pelo olhar do dominador, como é o caso de muitos povos africanos, povos indígenas e do povo miscigenado brasileiro.

Para estudar uma língua, seja ela na modalidade oral ou escrita, precisamos nos despir de preconceitos impregnados ao longo da história, no qual só tem vez e voz aqueles que se adequam ao padrão estabelecido pelos grupos hegemônicos.

REFERÊNCIAS

- AYALA, Maria Ignês Novais. Aprendendo a aprender a cultura popular. In: PINHEIRO, Helder (org.). **Pesquisa em literatura**. 2 ed. Campina Grande: Bagagem, 2011.
- BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Michael. **Língua materna**. Letramento, Variação e Ensino. São Paulo; Parábola, 2002.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **PCN+Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Vol. Linguagens: códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/Semtec, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 20 de outubro de 2015.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Lingüísticas**. Florianópolis e São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.

FORTE-FERREIRA, Elaine Cristina. **Gêneros orais na escola: por uma sugestão da língua oral como objeto de ensino**. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEAL, Telma Ferraz. GOIS, Siane (org.). **A oralidade na escola: a investigação do trabalho docente como foco de reflexão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

LUCCHESI, Dante. **Norma linguística e realidade social**. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Concepção de língua falada nos manuais de língua portuguesa nos 1º e 2º graus: uma visão crítica**. Trabalho apresentado na 49ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, a convite da APLL, Belo Horizonte, MG, julho de 1997.

Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/tla/article/view/2431/1885>. Acesso em: 13 de novembro de 2015.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. Coordenadoria de Ensino Médio. **Referenciais curriculares para o ensino médio da Paraíba: linguagens, códigos e suas tecnologias**. João Pessoa, 2006.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SPOLSKY, Bernard . **Lan g u a g e P o l i c y**. Cambridge: Cambridge. University Press, 2004.